

lhes são peculiares foram destacadas, como a fundação de congregações específicas para o associado surdo, diluindo a centralidade do intérprete. Destaca-se também o “metódico cuidado de si”, que conjuga pureza mental, espiritual, moral e física, combinação que regula a vida do membro como um todo. A caracterização dos Testemunhas de Jeová está bem realizada, em suas similaridades e distinções em relação às demais.

Nota-se que em paralelo ganha espaço o processo político que imprime distinção entre deficiência e surdez. Há participação de agentes relacionados às instituições acadêmicas e ao movimento social. Tal dinâmica está inserida no fluxo das transformações sociais mais amplas, com a emergência de novos movimentos sociais reivindicativos, em especial no cenário político brasileiro dos anos 1980. Como o autor conclui, o protestantismo se caracteriza como um celeiro de intelectuais vinculados à surdez sob a ótica da particularidade linguística, mas incorpora, na mesma medida, trabalhos acadêmicos sobre o tema. Ressalta que não foram somente as instituições religiosas que compuseram o quadro de agentes que conformaram o processo de consolidação da surdez como particularidade étnico-linguística, inclusive em termos jurídicos. Caso exemplar é a Feneis (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos), instituição laica que marca também a inflexão semântica e identitária: de deficiente auditivo para surdo. É mediadora atuante na dinâmica das reivindicações da comunidade surda direcionadas ao Estado e no estabelecimento de uma norma jurídica específica.

A análise empreendida por Silva é bem sucedida, contribuindo para a compreensão das controvérsias em torno da surdez e ao seu estabelecimento como particularidade étnico-linguística. A passagem do estigma produzido pela noção de deficiência, para a conquista de reconhecimento e legitimação de uma identidade própria à denominada comunidade surda pode interessar não apenas aos leitores vinculados ao campo da saúde, como para aqueles de distintas áreas de conhecimento.

Edlaine de Campos Gomes
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,
Rio de Janeiro, Brasil.
edlaine@gmail.com

SUBJETIVIDADE, GESTÃO E CUIDADO EM SAÚDE: ABORDAGENS DA PSICOSSOCIOLOGIA.
Azevedo CS, Sá MC, organizadoras. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2013. 423 p.
ISBN: 9788575414316

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-311XRE020115>

O campo da saúde coletiva no Brasil é marcado por tensões entre, de um lado, os ideais que nortearam a Reforma Sanitária, pautados em um projeto de sociedade mais solidária, em princípios democratizantes e

de justiça social e, de outro lado, modos de vida que não cessam de se impor, centrados em valores privatizantes e individualizantes. Os autores que se reúnem na coletânea *Subjetividade, Gestão e Cuidado em Saúde: Abordagens da Psicossociologia* não se furtaram a enfrentar essas tensões, propondo práticas de pesquisa e intervenção que, em última instância, são vetores de afirmação e de reinstalação dos princípios da Reforma Sanitária, articulando os modos de subjetivação da sociedade contemporânea com o trabalho em saúde e a produção do cuidado. São três as linhas de pensamento que se entrelaçam nos relatos de pesquisa que compõem este livro: a abordagem da psicossociologia francesa sobre as organizações e a sociedade; a perspectiva psicanalítica acerca dos processos grupais e intersubjetivos e a psicodinâmica do trabalho.

O livro se organiza em duas partes. Na primeira, intitulada *Caminhos do Pensamento*, estão reunidas as discussões teórico-conceituais que embasam as pesquisas e intervenções propostas pelos autores, com ênfase para algumas questões-chave para o campo desafiador da gestão dos serviços públicos de saúde, entre elas, a proposição de que uma organização é fruto de um cruzamento de projetos racionais e conscientes com as fantasias e desejos que afetam as vidas de indivíduos e grupos. Tal proposição, marcada pelo enfoque da psicossociologia, permite-nos compreender que a possibilidade de projetos coletivos não se baseia apenas em movimentos racionais e conscientes dos sujeitos, mas passa também por dimensões afetivas, inconscientes. Logo, a questão da gestão em saúde, conforme os autores afirmam, não está atrelada somente às dimensões materiais e burocráticas das instituições, mas inclui as dimensões simbólicas e imaginárias das organizações. É justamente por esse viés que os autores analisam as possibilidades de mudança no cuidado e na gestão, incluindo no debate e na cena mais elementos, como a subjetividade, a capacidade de escuta, a intersubjetividade, as narrativas de vida, entre outros.

Já na segunda parte do livro, intitulada *Construindo Caminhos de Pesquisa e Intervenção em Serviços de Saúde*, estão reunidas as intervenções empíricas realizadas em hospitais, serviços de atenção psicossocial, unidades de saúde da família e outros. É interessante sublinhar que o livro não se constitui como afirmação de “protocolos” a serem seguidos. Mas, antes, o que pulsa nas linhas dos artigos que nele se reúnem são percursos de vida e de pesquisa atravessados e transformados pelos desafios e impasses colocados no campo da saúde e do cuidado no Brasil, desafios enfrentados cotidianamente por pesquisadores que apostam na possibilidade de uma gestão em saúde que seja mais coletiva, mais democrática e mais atrelada a um projeto de sociedade mais solidária. É neste sentido que os investimentos teóricos e metodológicos desses pesquisadores nos tocam, a todos nós: como dito, a gestão do trabalho em saúde envolve mais elementos do que apenas aqueles vinculados às condições burocráticas do trabalho. Envolve o que nos faz

humanos, nossa atividade, tecida com os vetores afetivos e desejantes. Produzir cuidado em saúde é lidar com redes que se tecem com elementos heterogêneos: vidas, desejos, rotinas, trabalho, afetos. Materialidades e socialidades, híbridos que fazem de nós humanos. É justo neste ponto que as pesquisas aqui reunidas se afinem com as investigações acerca do cuidado em saúde, propostas pela filósofa e médica holandesa Annemarie Mol. Em suas pesquisas no campo da saúde, Mol faz duas afirmações relevantes: a primeira, a proposição de uma guinada para a prática, isto é, a autora convoca os pesquisadores para investigarem as práticas em saúde; a segunda é a afirmação de que as práticas são performativas, ou seja, os objetos existem nelas e por elas. Não há, pois, uma realidade dada. Há objetos e realidades se fazendo, em ação, no cotidiano. Assim, ao investigar as práticas de cuidado da diabetes em um hospital geral, a autora se interessa pelos modos nos quais o viver-com-diabetes vai sendo tecido dia após dia, agenciando seringas, insulinas, amores, desejos, materialidades e socialidades. O cuidado é definido como ação distribuída, que se faz em rede e não como uma ação isolada a envolver apenas dois humanos: um que cuida, outro que é cuidado. O que está em jogo no cuidado é um manejo, um modo de articular e de agenciar elementos heterogêneos, díspares. Por esta via a autora afirma o cuidado como ação local e situada. Logo, pesquisar o cuidado em saúde é inserir-se nessas práticas locais, situadas, heterogêneas que “performam” modos distintos de agenciar o viver-com-diabetes. No enfoque praxiográfico de Mol, não há lugar para normalidades não marcadas, ou seja, para concepções de saúde desengajadas, universais ou deslocalizadas. A recusa por qualquer normalidade não marcada é um gesto de afirmação radical de que qualquer vida é marcada pelas condições em que se articula. Desse modo, qualquer prática cotidiana de viver a vida, no caso em tela, a vida-com-diabetes, é marcada, feita em algum lugar, conectando seringas, insulina, consultas médicas, alimentação, amores, filhos, histórias, desejos. Viver a vida é um exercício local e ordenado em certas práticas que exigem esforço, práticas que são, como sublinhou Mol, crônicas, vale dizer, devem ser tecidas dia após dia. É justamente por isso que a doença não é uma exceção, mas algo que é parte do viver, que se agencia ao corpo que nós fazemos, dia a dia. Dessa feita, pesquisar neste campo é intervir num cenário de conexões que articulam materialidades a socialidades. É ainda afirmar a radicalidade das práticas de cuidado: elas são performativas, fazem existir realidades. Que realidades fazemos existir em nossas práticas de cuidado? Em que mundo queremos viver? Quem e o que conta no campo da saúde? São perguntas que insistem nas linhas das pesquisas de Mol e que, por certo, fazem vibrar as pesquisas que se reúnem nesta coletânea.

Marcia Moraes
Instituto de Psicologia, Universidade Federal Fluminense,
Niterói, Brasil.
mazamoraes@gmail.com

MÉDICOS, MEDICINA POPULAR E INQUISIÇÃO: A REPRESSÃO DAS CURAS MÁGICAS EM PORTUGAL DURANTE O ILUMINISMO. Walker TD. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais; 2013. 423 p.

ISBN: 978-85-7541-425-5

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-311XRE030115>

As caças às bruxas foram – e são – uma temática de motivação de historiadores, pela possibilidade de revelação de valores e conceitos presentes no momento investigado. As acusações de bruxaria e as reações sociais às perseguições podem evidenciar jogos de poder, conflitos e alianças entre os atores sociais envolvidos. Pela observação de que historiadores publicaram pouco sobre a bruxaria em Portugal, país que contou com uma atuação maciça da Inquisição, Timothy D. Walker, professor de História da Universidade de Massachusetts, Estados Unidos, dedicou-se a investigar a perseguição a curandeiros e curandeiras pelo Santo Ofício, ocorrida no Iluminismo.

Qual a percepção dos portugueses sobre os praticantes de magia? Quais as características das bruxas (e de seus companheiros), apontadas pelo povo português? Essas e outras indagações orientaram o estudo preliminar empreendido por Walker, em 1992, em documentos arquivados na Torre do Tombo. Os registros completos dos três tribunais regionais da Inquisição em Portugal estão ali armazenados, num total que abrange mais de quarenta mil casos. A partir dessa pesquisa inicial, o projeto de Walker se transformou, passando a se configurar com contornos mais nítidos, em torno de “*um tema mais preciso*” (p. 17). O livro *Médicos, Medicina Popular e Inquisição: A Repressão das Curas Mágicas em Portugal durante o Iluminismo* é resultado dessa minuciosa investigação, centrada no século XVIII, com exame de documentação em arquivos em Lisboa, Évora e Londres.

Aparentemente, a publicação é mais um estudo sobre a Inquisição em Portugal. Mas, depois de ler as páginas iniciais, o leitor certamente se dá conta de que o livro não consiste somente em um exame da perseguição e dos processos dirigidos a curandeiros. Nos bastidores das perseguições havia algo mais em jogo. O autor demonstra a existência de determinados fatores e interesses, que incidiram no aparato repressivo da Inquisição, contra os curandeiros populares. As conclusões resultam da análise detalhada dos processos, dos implicados, dos métodos utilizados pelo pessoal a serviço da Inquisição portuguesa, em relação aos praticantes de magia, além do posicionamento dos sujeitos envolvidos. Sem tomar partido de uma ou outra escola historiográfica – entre a “racionalista” e a “romântica” –, Walker optou pela referência às duas abordagens, por considerar uma escolha mais profícua, na reflexão sobre a causalidade “*por detrás dos julgamentos de crimes de magia em Portugal, durante o Iluminismo*” (p. 19).